

Originalmente publicado em:

COMUNICACAO E POLITICA, v. 9, n. 11, p. 103-110, FACOM-UFBA, Salvador-Bahia, 1990

SETE TESES EQUIVOCADAS SOBRE COMUNIDADE E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA – Marcos Palacios

Em 1965, um professor mexicano e estudioso de problemas latino-americanos escreveu um artigo que viria a se tornar extremamente polêmico e controverso. O professor era Rodolfo Stavenhagen e seu artigo se intitulava “Sete teses equivocadas sobre a América Latina”.

A principal razão para que o artigo se tornasse tão polêmico se deve ao fato de que as teses equivocadas apresentadas por Stavenhagen estavam construídas sobre suposições teóricas e metodológicas que embasavam grande parte das análises políticas sobre a América Latina na década de 60 e constituíam grandes eixos ao redor dos quais se estruturavam estratégias de lutas de grupos e partidos políticos empenhados em intervir na realidade do Continente e transformá-la, radical ou gradualmente. Questionar tais suposições significava questionar grande parte do trabalho político que vinha sendo realizado.

O próprio Stavenhagen, em seu artigo chama a atenção para esse ponto:

“Na abundante literatura voltada para o desenvolvimento e subdesenvolvimento, em anos recentes, muitas teses duvidosas, equivocadas e ambíguas foram apresentadas. Muitas delas foram aceitas como verdades operacionais e passaram a fazer parte do quadro de referência conceitual de intelectuais, políticos, estudantes, pesquisadores e professores latino-americanos. Nem os fatos, nem as pesquisas recentes que contradizem tais teses foram capazes de enfraquecê-las. A repetição constante dessas idéias em inúmeros livros e artigos, especialmente estrangeiros, deram a esses conceitos vida própria, tornando-os, apesar das evidências em contrário, em dogmas”.

Acredito que algo semelhante ocorra hoje em dia, com referência às discussões sobre comunidade e comunicação comunitária. À força de repetição, uma série de idéias extremamente questionáveis e outras claramente equivocadas, erigiram-se em verdades e passaram a influenciar e, até mesmo, orientar a ação prática de grupos e indivíduos envolvidos com a problemática das comunidades e da comunicação comunitária.

Sem a pretensão de apresentar nada que venha a ter o alcance do artigo do professor Stavenhagen, eu gostaria de emular, senão o brilho, pelo menos a forma e o senso de oportunidade do trabalho de meu colega mexicano. Daí a exposição dessas idéias sob o título “Sete teses equivocadas sobre comunidade e comunicação comunitária”.

Primeira Tese

A consolidação do Capitalismo Industrial assinala o fim da idéia de comunidade

O equívoco aqui decorre de desconhecimento histórico. Com efeito, ocorre justamente o contrário. O século XIX, que assinala o momento da consolidação do capitalismo industrial, assinala igualmente a redescoberta do conceito de comunidade, que viria a se tornar uma das idéias-chaves de todo o pensamento sociológico e estender-se também para além da teoria sociológica, para áreas como a filosofia, história e teologia, colocando-se como um dos grandes temas dos escritos sociais do século XIX.

“A idéia de comunidade passa a ter a mesma importância central no século precedente (...) Os filósofos iluministas usaram a racionalidade do contrato para dar legitimidade às relações sociais. O contrato supria um modelo de tudo que era bom e defensável na sociedade. No século XIX, no entanto, vemos a idéia de contrato declinar ante a redescoberta do simbolismo da comunidade. Em muitas esferas do pensamento, os laços comunitários - reais e imaginários, tradicionais ou construídos - passam a formar a imagem da boa sociedade. Comunidade torna-se o meio para denotar a legitimidade de associações tão diversas quanto o Estado, a Igreja, os sindicatos, os movimentos revolucionários, profissionais e cooperativos”.

Nos séculos XVII e XVIII, a idéia secular de lei natural marca profundamente as preocupações filosóficas do período e orienta os esforços no sentido de se chegar a um entendimento do funcionamento da ordem social. Por trás da idéia de lei natural está a imagem de indivíduos livres, que racionalmente aceitariam sua incorporação a determinadas formas de associação. O homem era primário; as relações secundárias. As instituições eram concebidas como projeções de sentimentos fixos e inatos no homem. Vontade, consentimento e contrato eram os termos-chaves na visão de sociedade, em termos de lei natural.

O homem, segundo essa visão de mundo, é concebido não como um camponês, um clérigo, um sindicalista ou um revolucionário, mas como um átomo individual dotado de vontade e a sociedade é concebida como um tecido de relações que os homens, voluntária, racional e livremente estabelecem uns com os outros.

O pensamento social do século XIX vai inverter essas idéias, postulando a prioridade de comunidade, da tradição e do status em relação às idéias abstratas de livre vontade, racionalidade e contrato. Isso pode ser percebido em toda produção sociológica no século XIX, com ressonâncias nas construções teóricas de pensadores sociais tão diversos quanto Comte, Owen, Durkheim, Le Play, Proudhon, Tonnies e, posteriormente, Max Weber.

Karl Marx constitui-se numa notável exceção, no tocante ao conjunto de sua obra. No entanto, como veremos adiante, ele próprio, no final de sua vida, irá reconsiderar muitas de suas idéias sobre a importância e o significado da comunidade, especialmente quando de sua polêmica com os populistas russos

Segunda Tese

Na sociedade capitalista dividida em classes antagônicas, a restauração ou instauração da comunidade é uma forma de resistência à lógica capitalista e um instrumento de avanço em direção a formas mais progressistas e humanas de organização social.

A falácia, neste caso, consiste em se acreditar que as idéias de comunidade, vida comunitária, comunicação comunitária etc., prendem-se a uma visão de mundo pautada pela transformação e derivam dos esforços dos pensadores ditos progressistas.

Pelo contrário, a redescoberta da idéia de comunidade, assinalada na primeira tese, está, em primeira instância, associada a pensadores conservadores que, sem dúvida, opunham-se às transformações que se observavam quando da consolidação do capitalismo industrial, porém, não no sentido de avançar em direção a novas formas de organização social. Antes, pelo contrário, suas idéias de restauração da comunidade estavam enraizadas no modelo feudal de sociedade e a instrumentalização de conceitos como comunidade e seus desdobramentos eram vistos como uma estratégia para deter o avanço da sociedade em direção a novas formas de organização. Tratava-se de restaurar no sentido lato do termo. A restauração da comunidade como forma de resgatar a antiga ordem feudal que ruía, tragada pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, pode ser claramente identificada nas idéias de pensadores conservadores como Bonald e Maistre, na França, Burke, Carlyle e Disraeli, na Inglaterra, entre outros.

O que ocorre é que idéias de comunidade e seus desdobramentos, originalmente esboçadas para conter o avanço social, são também apropriadas por pensadores progressistas, dentre os quais os chamados socialistas utópicos, como Robert Owen, Fourier, Proudhon. As comunidades como Nova Lanark, criada por Owen e o modelo dos falanstérios de Fourier, são exemplos que vieram até mesmo a ser postos em prática, apesar da curta duração de tais experimentos. O mesmo se dá a nível do cristianismo, com a idéia de uma volta ao cristianismo primitivo e comunitário e a formação de uma série de comunidades religiosas, ao longo do século XIX.

Marx, como já assinalado foi, pelo menos parcialmente, uma exceção. Analisando o caso do colonialismo britânico na Índia, em 1853, e discorrendo sobre a destruição das comunidades tradicionais, gerada pelo avanço colonialista, ele vai ressaltar que “por mais desagradável que possa ser à sensibilidade humana testemunhar essa miríade de organizações sociais inofensivas e patriarcais sendo desorganizadas e dissolvidas (...) e seus membros perdendo, ao mesmo tempo, suas formas ancestrais de civilização e seus meios de subsistência, não devemos nos esquecer que essas vilas comunitárias idílicas, que parecem tão inofensivas, constituíram os sólidos alicerces para o Despotismo Oriental, que reduziu a mente humana à sua expressão mais limitada, tornando-a um instrumento da superstição, escravizando-a sob o manto das normas tradicionais e privando-a de toda sua grandeza e energias históricas”.

Para Marx, a destruição da vida comunitária e a implantação plena das relações capitalistas de produção constituíam avanços na direção da construção da sociedade socialista. A solidariedade entre os homens derivava de seus laços tradicionais e comunitários, mas de sua inserção comum em um sistema de produção.

Já no final de sua vida, entretanto, em 1981, por ocasião de sua polêmica com os populistas russos, através de Vera Zasúlich, Marx reconsiderará suas idéias sobre a comunidade, em vista de seus estudos sobre a comuna russa. Ele vai afirmar que, em determinadas circunstâncias, a organização comunitária tradicional poderia inclusive servir de ponte entre uma situação pré-capitalista e o socialismo, queimando a necessidade de um pleno desenvolvimento do estágio capitalista.

O que é claro é que os conceitos de comunidade e seus desdobramentos podem embasar idéias e projetos políticos voltados para a transformação e o avanço social (sejam quais forem os sentidos que se dêem a esses termos), quanto para o imobilismo e até mesmo a restauração, em seu sentido pleno.

Terceira Tese

A comunidade é uma unidade social de tamanho reduzido, que se caracteriza fundamentalmente pela proximidade física entre seus membros e pelos contatos face-a-face. Esta tese assenta-se numa compreensão extremamente estreita e até conservadora. Uma tal concepção reduz a comunidade apenas a grupamentos locais, de vizinhança, à vila, bairro, etc.

O conceito de comunidade, pelo menos em termos de sua instrumentalização política, tem que ser levado muito além dos laços da comunidade local. Quando a comunidade é pensada de forma tão limitada, sua demarcação está sendo estabelecida tomando-se por base o modelo medieval de família extensa e de vila.

Até mesmo um autor conservador como Ferdinand Tönnies, que estabeleceu a dicotomia tipológica entre *gemeinschaft* (comunidade) e *gesellschaft* (sociedade), apesar de partir da família como protótipo para a comunidade, vai estender sua abrangência, através da idéia de união de *gemeinschafts*, para englobar crenças compartilhadas e trabalho em comum como elementos fundamentais de *gemeinschaft*.

Comunidade não é simplesmente um lugar num mapa. As pessoas podem ter uma diversidade de experiências de comunidade, independentemente de estarem vivendo próximas umas às outras. A comunidade deve ser vista como toda forma de relação caracterizada por situações de vida, objetivos, problemas e interesses em comum de um grupo de pessoas, seja qual for a dimensão desse grupo e independentemente de sua dispersão ou proximidade geográfica.

“Qualquer tipo de comunidade é mais que um conjunto de costumes, de comportamentos ou de atitudes a respeito das outras pessoas. Uma comunidade é também uma identidade coletiva. É uma maneira de dizer quem nós somos. Mas, se ficarmos aqui, qualquer grupamento social poderia ser considerado uma comunidade, desde uma vizinhança até uma nação, enquanto as pessoas do grupamento pudessem fazer um retrato delas próprias como um todo. A questão é saber como se formam esses

retratos de identidade coletiva, e quais são os instrumentos que as pessoas usam para forjar um sentido de quem somos nós”.

O que constitui um problema básico, portanto, é o desafio de se repensar o conceito de comunidade em nossa sociedade complexa. Alguns caminhos podem ser delineados como pontos de partida para elaborações mais sofisticadas.

Em primeiro lugar, as comunidades exprimem diferenças dentro do sistema capitalista. Categorias profissionais diversas, conquanto certamente formadoras do conjunto de trabalhadores de um país, possuem características e especificidades que as diferenciam entre si. Ainda que elas possam se aproximar através de motivações de ordem geral (como uma luta contra uma política salarial governamental servindo como catalisador para várias comunidades de trabalhadores, por exemplo), as suas especificidades não devem ser perdidas de vista. As comunidades de interesses, ainda quando constituídas por representantes de uma mesma classe social, não se diluem ou se confundem com a classe.

Tal preservação de especificidades e traços distintivos de grupamentos sociais diferenciados é, em nosso entender, sadia e desejável.

Uma outra idéia que merece discussão mais aprofundada, escapando aos limites desta comunicação, é a relação entre comunidade e cidadania. Será que a cidadania plena não depende, em grande medida, da existência de uma pluralidade de comunidades, no sentido amplo do termo?

Quarta Tese

A comunicação comunitária se contrapõe à comunicação de massa e deve se processar por meios alternativos, essencialmente pelos chamados pequenos meios. Esta tese equivocada provavelmente decorre da falácia, decorre da falácia, apontada na tese anterior, quanto ao tamanho das comunidades: como, equivocadamente, a comunidade é pensada como de tamanho reduzido, associam-se a ela os pequenos meios. Já vimos, porém, que uma comunidade pode ser tão extensa e dispersa quanto o conjunto dos trabalhadores de uma determinada categoria profissional engajados numa luta comum, ou uma irmandade religiosa, com milhares de membros, igualmente dispersos geograficamente.

Outra razão para essa tese equivocada encontra-se, naturalmente, no fato de os grandes meios de comunicação (rádios, TVs, jornais diários, etc.) estarem sob o controle de certos grupos econômicos na sociedade. O que, obviamente, restringe o acesso à sua utilização. Além disso, existe a questão dos custos do processo de comunicação, que, muitas vezes, obrigam o uso de improvisação e criatividade por falta de recursos financeiros que viabilizem o uso de canais de comunicação de massa.

Nada disso, porém, implica numa contraposição entre comunicação comunitária e os meios de comunicação de massa. As idéias de McLuhan - sintetizadas de forma simplificadora na conhecida expressão “o meio é a mensagem” - parecem ter

contribuído para criar a noção de que os meios de comunicação de massa, de alguma forma, sobredeterminam o conteúdo das mensagens. O fato de que as teses de McLuhan tenham trazido à tona longas discussões sobre as possibilidades de controle social via meios de comunicação de massa contribuiu para gerar um sentimento de desconfiança contra toda e qualquer utilização de tais meios. No entanto, e apesar de McLuhan, os meios de comunicação são, antes de mais nada, suportes para mensagens. A escolha do meio depende, em primeira instância, do público que se quer atingir e só num segundo momento do conteúdo das mensagens que se pretende veicular.

O fato de uma mensagem ser alternativa não implica, necessariamente, no uso de meios de comunicação alternativos. Discursos alternativos cabem perfeitamente em meios convencionais. A questão continua sendo a da democratização do acesso e do controle de tais meios. O que, obviamente, não quer dizer que não se deva pesquisar formas de comunicação alternativas e usá-las de forma e eficiente.

Quinta Tese

A comunicação comunitária na medida em que é feita para a comunidade, deve ser feita por membros da comunidade, excluindo a participação de profissionais. No caso desta tese equivocada, ocorre o que se poderia chamar de síndrome do partipacionismo. Como a idéia de comunidade associa-se muito fortemente à de participação, acaba-se por identificar todo a qualquer trabalho ligado à ação comunitária ou á política comunitária com a participação dos membros da comunidade.

No entanto, não se pode perder de vista o fato de que a comunidade, seja ela qual for, está inserida numa sociedade mais ampla e sujeita, como a sociedade num todo, ao processo de divisão social de trabalho.

É claro que a participação é desejável - e mesmo essencial - quando se pensa em termos de trabalho comunitário. No entanto, isso não exclui a especialização de funções. A contratação de profissionais para a execução de trabalhos específicos e especializados, dentro de uma ação de caráter comunitário, é perfeitamente aceitável e, em alguns casos, inevitável. É claro que membros da comunidade podem e devem ser treinados para a execução de tarefas especializadas. Ainda assim, existem casos em que o concurso de profissionais especializados se impõe. “A contratação de um profissional de comunicação para prestar serviços a uma determinada comunidade não é diferente da contratação de um médico ou dentista para atender às necessidades de saúde dessa mesma comunidade”.

Novamente aqui, esta tese equivocada parece nascer da prática das comunidades. Premidas pela falta de recursos financeiros, elas se vêem obrigadas a improvisar no que diz respeito à comunicação, produzindo jornaizinhos mimeografados de qualidade lamentável, panfletos pobremente redigidos e impressos, cartazes improvisados à base de cartolina reciclada e pincel atômico, e assim por diante. Acaba-se por acreditar que a comunicação comunitária tem que ser algo desse tipo: improvisado, pobre, precário, realizado amadoristicamente pelos próprios membros da comunidade. Isso, é claro, é uma falácia.

Sexta Tese

A comunicação comunitária deve se estruturar a partir dos problemas vivenciados e identificados pela própria comunidade e não a partir de problemáticas trazidas de fora por elementos externos à comunidade. Essa é, sem dúvida, uma questão delicada. Quando os problemas são vivenciados e identificados pelos próprios membros da comunidade, é óbvio que existe, de antemão, a movimentação para a participação e o envolvimento.

Tal fato, porém, não deve levar-nos a conceber a questão de maneira absoluta. É absurdo, por exemplo, dizer-se que o problema com os serviços de extensão de uma universidade é que eles tentam trabalhar, junto às comunidades, problemas que não estão sendo vivenciados por seus membros. Ou seja: há quem considere um desvio o fato de uma equipe de universitários e profissionais ir a campo com, por exemplo, uma proposta de um trabalho preventivo da esquistossomose, quando o problema maior vivenciado pela comunidade alvo é o desemprego ou a falta de energia elétrica. É evidente, por um lado, que a esquistossomose é um problema comunitário, haja ou não consciência disso entre os membros da comunidade; por outro lado, uma equipe de medicina preventiva não pode ir a campo tratar de problemas de desemprego.

O que se coloca, nesse caso, é a questão da motivação. Trata-se de discutir formas de se chegar à comunidade e fazê-la sentir que a esquistossomose é um problema, ainda que não haja consciência disso e ainda que outros problemas possam se impor como mais urgentes e vitais naquele momento.

A questão coloca-se, portanto, no âmbito da capacidade - maior ou menor - da equipe que vai desenvolver um trabalho comunitário em comunicar-se com os membros da comunidade e conscientizá-los da importância da ação a ser empreendida.

Não é o fato de uma problemática ser trazida de fora que, automaticamente, invalida-a em termos de comunicação comunitária.

Sem que necessariamente se tenha que recair numa concepção leninista ortodoxa do papel do intelectual, é necessário aceitar que muitas problemáticas têm que ser trazidas de fora e por elementos externos à comunidade. De outra forma, estaríamos caindo numa visão extremamente espontaneísta dos processos sociais.

Sétima Tese

A academia forma profissionais para a comunicação de massa e não para a comunicação comunitária. Esta é uma tese exaustivamente repetida, em diferentes formas, por pessoas ligadas a movimentos de caráter comunitário.

Novamente estamos lidando com uma tese equivocada, a começar pelo fato de que, muitas vezes, se parte de uma visão distorcida do que seja a academia e quais sejam suas funções.

Os cursos de comunicação das universidades habilitam profissionais em comunicação. Da mesma forma que, no âmbito de outras que oferecem cursos mais precários (para se dizer o mínimo). Da mesma forma que, em outras áreas, profissionais de melhor ou pior qualidade saem de um mesmo curso. Estudar na melhor escola de arquitetura do país não é nenhuma garantia de que o graduando será o melhor arquiteto do país. Como em qualquer outro curso universitário, a academia apenas indica caminhos e, eventualmente, legitima um direito de inserção no mercado de trabalho.

Forma-se é um verbo reflexivo. O se de formar-se é algo que muitas vezes é perdido de vista quando se critica a academia. A academia pode e deve ser criticada por muitas coisas, mas não é razoável esperar-se que o mero fato de uma pessoa passar pela academia garanta que a formação foi completada, muito pelo contrário, na melhor das hipóteses, ela foi apenas iniciada.

Em grande medida, o processo de formação profissional depende do indivíduo, de seu interesse, sua motivação, seu autodidatismo. Qualquer professor universitário vivencia cotidianamente o variado aproveitamento que diferentes indivíduos têm de um mesmo curso. Isso não quer dizer, obviamente, que não seja importante que os cursos sejam ministrados por docentes competentes, com equipamentos e laboratórios adequados etc. No entanto, é fundamental insistir-se que formar-se continua sendo verbo reflexivo.

Se tais considerações são procedentes, um estudante que passe por uma faculdade de comunicação e se interesse por comunicação comunitária pode, perfeitamente, vir a ser um competente profissional nessa área. Inversamente, um estudante desinteressado jamais será competente em área alguma, ainda que eventualmente possa vir a obter um diploma.

Por outro lado, o equívoco da tese apoia-se também numa contraposição por demais dicotômica entre comunicação de massa e comunicação comunitária. A comunicação de massa pressupõe os chamados grandes meios (rádio, TV, jornais diários, etc.). Ser treinado para trabalhar com esses meios não implica em qualquer problema ou desvantagem com relação à formação de um profissional voltado para a comunicação comunitária. Muito antes pelo contrário. Como já vimos na quarta tese equivocada, não há qualquer contradição entre fazer-se comunicação comunitária e usar-se meios de comunicação de massa.

Um profissional que saiba produzir bons programas de rádio tanto pode produzi-los fazendo a assessoria de comunicação da prefeitura ou de uma secretaria estadual de finanças, quanto de um sindicato ou de uma associação cultural afro-brasileiro.

Com efeito, não existem especificidades tão grandes com relação à comunicação comunitária que justifiquem uma habilitação em comunicação voltada exclusivamente para esta área. Tal enfoque só tem cabimento a nível de cursos de especialização.

As linguagens de comunicação são, efetivamente, diferenciadas. A linguagem de um jornal comunitário se diferencia da linguagem de um jornal diário dirigido ao público

em geral. No entanto, essas diferenciações e a necessidade de adaptação dos profissionais de comunicação não se observam apenas nesse caso.

Igualmente diferentes são, por exemplo, as linguagens de um jornal como O Estado de S. Paulo e outro como A Luta Democrática, ambos órgãos de comunicação de massa, do âmbito de chamada grande imprensa. Se o profissional de comunicação realmente competente é capaz de se adaptar a essas diferenças, por que não estaria capacitado para ajustar-se à linguagem exigida por um órgão de comunicação comunitária?

Os cursos de comunicação devem preparar profissionais competentes em comunicação, como os cursos de arquitetura devem preparar arquitetos competentes. Se uma vez graduados eles vão se dedicar, respectivamente, à comunicação de massa ou comunitária, por um lado, e à construção de palacetes aristocráticos ou habitações populares por outro, é algo que depende de escolhas pessoais, perspectivas e projetos políticos individuais.

O artigo foi originalmente publicado no México, em 1965. Uma versão em português encontra-se em DURAND & MACHADO, (org.) Sociologia do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1974 STAVENHAGEN, R. Op. cit. NISBET, R. ^a The Sociological Tradition. London, Heinemann Educational Books, 1970.

MARX, K. "The British Rule in India" In FEUER, L. S. Marx & Engels: basic writings on politics and philosophy. Garden City, Doubleday Anchor Books, 1959, apud NISBET, R. Op. cit. Vide sobre o mesmo assunto J. ARICÖ. Marx e a América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

SENNETT, R. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.